

AValiação Como AParelho Ideológico De Exclusão

Carolina da Silva Santos Email: carolpedago.124@gmail.com¹
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Italo Oliveira Chaves Email: it.ochavesic@gmail.com²
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Orientadora: Profa Dra. Daniele Faria Freire Raic Email:danielefreire.uesb@gmail.com³
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Eixo IV – Qualidade da Educação Básica e Superior: democratização do acesso, permanência, avaliação, condições de participação e gestão;

RESUMO: O presente texto é uma reflexão a respeito da avaliação sobre como ela se torna um aparelho ideológico de exclusão bem como a avaliação acarreta em fatores que levam à evasão escolar. A avaliação da aprendizagem confundida com o exame se baseia em um caráter excludente que utiliza de dispositivos de notas, provas e atividades como auxílio para acirramento de competências entre os estudantes, as pressões externas, e o próprio sistema escolar centrado nas relações de poder. Este trabalho realizado sob o enfoque da pesquisa bibliográfica, trazem aportes teóricos como Althusser (1970), Gadotti (1998), Perrenoud (1999), discutindo os porquês da desistência escolar e pelas dimensões sociais, políticas e econômicas que influenciam na avaliação de caráter excludente, também trazemos Luckesi (2008), Arroyo (2013), salientando sobre avaliação como princípio norteador para a satisfação escolar através do olhar e escuta sensível do educador como mediador no processo de ensino aprendizagem do educando.

Palavras Chaves: Avaliação; aparelho ideológico; educação e exclusão;

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID); Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ciências Sociais- NEPECS. Membro do Coletivo Margarida Alves (CMA).

² Graduando em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Bolsista de Extensão do Núcleo interdisciplinar de estudos e extensão em cuidados a família em convivibilidade com doenças crônicas (NIEFAM). Membro do Grupo Interdisciplinar em Ciências da Saúde e Sociedade. Linha: Família em seu ciclo vital. Membro do Grupo em Formação, Diferença e Subjetividade- GEFORDIS.

³ Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação na Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA), mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Faculdades Integradas de Jequié (FIJ), graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Atualmente é professora assistente da UESB, lotada no Departamento de Ciências Humanas e Letras (DCHL), Área de Fundamentos da Educação, na qual desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão. Investiga sobre currículo e formação docente.

INTRODUÇÃO

A avaliação pensada como fonte emancipatória para a educação é uma das discussões que mais se estende entre educadores (as), que explica como um trabalho de intervenção continua vinculada a inclusão social de crianças, que contribua acerca do desenvolvimento cognitivo e do respeito à singularidade das mesmas em sala de aula, demonstra ser, teoricamente, satisfatória e pertinente para a realidade nas Instituições escolares.

Embora essa abordagem, pautada nas pedagogias ditas ativas como uma das alternativas de melhores segmentos para a escola, ainda é colocada como desafio, pois estamos habituados a um modo de avaliar bastante obsoleto, pela avaliação ser confundida com o exame, passa a ser consolidada numa prática excludente, utilizando de dispositivos de notas, provas e atividades como auxílio para o acirramento de competências entre os estudantes e nas pressões externas no contexto educacional, nesse sentido, buscamos refletir sobre os mecanismos de avaliação que são findados a exclusão e os elementos que podem contribuir para a evasão dos alunos na escola.

O contexto da Avaliação da aprendizagem no Brasil para Luckesi (2008), ainda está intrincada a uma pedagogia dominante, que serve a um modelo social de dominação, por ter um sentido histórico comparado a Revolução Francesa no final do século XVIII, consolidou o pensamento liberal que beneficiou mais a classe burguesa do que as classes populares, dando privilégios econômicos e intelectual a burguesia em prol da exploração e subserviência das classes menos favorecidas. Aqui no Brasil também não é diferente, pois há uma elite pensante, que hegemonicamente corrobora para conservar o pensamento neoliberal utilizando dos aparelhos ideológicos do Estado como forma de controle social, um desses aparelhos ideológicos, permuta ao pensamento escolar, que poderá exercer na avaliação da aprendizagem seus critérios de dominação, através da ameaça, do castigo e da classificação dos estudantes para manter a disciplinarização, nesse sentido a partir da maneira como a escola desenvolve o trabalho sobre a avaliação da aprendizagem poderá transitar um pensamento que rege a escola, dentre deles, está o pensamento de exclusão ou inclusão.

Sendo assim, os conceitos que se tem sobre a avaliação escolar variam de acordo ao

posicionamento do educador, sobre o que irá propor no momento que se constrói o planejamento, a intenção do ensino/aprendizagem, de pensar que numa sala de aula existe um tempo para cada aprendizagem do aluno.

Em vista disso, vários critérios ainda se apresentam como impedimento para se ter uma educação que respeite a singularidade e o tempo de aprender de cada educando. Por ter ainda uma visão enviesada do que a sociedade reproduz, a educação se limita a pensar em que estão "formando" indivíduos para o trabalho, numa perspectiva funcionalista, que cada um terá suas funções, deixando de fazer um trabalho significativo que busque a afetividade e a criatividade construída com os educandos. Com base nisso, pensemos a avaliação que é contemplada na cultura escolar.

AVALIAR NA LÓGICA DO ACÚMULO DE CONHECIMENTO

A avaliação condicionada pelos métodos convencionais na construção histórica da educação, é apresentada como sinônimo de julgamento, de exclusão, de seletividade, detenção, que emite nos alunos o medo, a angústia, ou uma certa "motivação" nos estudos regida pela ameaça, numa ideologia de falsa "transgressão" esclarecendo que pelo acúmulo de conhecimento estaria mais próximo da evolução intelectual. Essa lógica tem um sentido deturpado sobre o conceito de inteligência, explicando que a inteligência se daria através do armazenamento de informações, implicando nesse quesito, que para se fazer uma "boa" prova é necessária a memorização dos conteúdos, é preciso "despejar" todo conhecimento internalizado na sala de aula conforme o professor expôs.

Exercitar os conteúdos de forma automática, sem refletir a respeito desses conteúdos não é *status* de "inteligência", pois partindo da concepção de inteligência segundo Lepre (2008), baseando-se na teoria Piagetiana, explica que a inteligência se relaciona com a busca de equilíbrio com o meio, ou seja, a inteligência parte da assimilação do conhecimento, a modificação de ideias prévias com as ideias novas, dando a interação entre ambas.

Ser inteligente é, com efeito ser capaz de se construir esquemas de pensamento, com os quais poder-se-á chegar autonomamente a conhecimentos, a respostas certas, cujo valor cognitivo depende fundamentalmente dos esquemas que foram capazes de gerá-los, por conta

de uma subjetividade engajada na sua trajetória, que é uma aventura plena de desafios e de surpresas, a qual exige muita criatividade (GROSSI, 1997, p. 130 *apud* Lepre, 2008, p.313)

A exemplo disso, se na sala de aula o professor expôs um assunto específico com os alunos e esses alunos respondem de maneira diferente e crítica (concordando ou discordando) para com o assunto problematizado em sala, comparando com o cotidiano deles ou com fatos e questionamentos sobre o mundo, aparece aí uma certa autonomia desses educandos referente ao diálogo estabelecido, exercitando o ato de pensar. A interação que aconteceu entre o conhecimento prévio e o novo conhecimento apresentado pelo professor (a), foi imbricado a assimilação.⁴

Entretanto, se no mesmo contexto de aula a metodologia for baseada na arbitrariedade do conhecimento, forçando ao ato de memorizar, perde todo o sentido significativo que a avaliação poderia proporcionar como mediação, caindo no desinteresse ou fortalecimento da obrigatoriedade do ensino no sentido quantitativo em vez do qualitativo.

Sendo assim, os critérios avaliativos respaldados na reprodução da fala do educador (a) sem ao menos refletir sobre essa fala, fortalece a um conhecimento fragmentado. Infelizmente, é o que mais perpetua nas escolas. Uma avaliação mecanizada que tem como *a priori* o fortalecimento da valorização da homogeneidade, da idealização do aluno "perfeito" que repete o discurso do educador, conforme a excelência escolar sedimentada na avaliação regida pelo exame.

E aquele aluno que não obedece ao ritmo que a escola propaga, que decerto parece fora desse modelo, é subjugado, deixado a margem, rotulado como "caso perdido", pois a instituição não consegue configurá-lo conforme o modelo construído. Nesse sentido, Perrenoud (1999), compreende que as regras postuladas pelo corpo docente, muitas vezes, alimentam uma lógica de ser bem-sucedido na escola, no qual equivale um QI (quociente intelectual) elevado, portanto “a avaliação é tradicionalmente associada, na escola, a criação de hierarquias de excelência. Os alunos são comparados e depois classificados em virtude de uma norma de excelência, definida ou encarnada pelo professor e pelos melhores alunos.

⁴ Segundo Cunha (2008), o sujeito quando está em processo de formação do conhecimento, na medida que busca conhecer o objeto, agindo sobre o mesmo, ele possui esquemas cognitivos que impulsiona no desvendamento desse objeto trazendo para dentro dos seus referenciais. A esse processo Piaget o chama de assimilação. CUNHA, Marcus Vinícius. **Psicologia da educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008

“(PERRENOUD, 1999, p.6)

De acordo com o exposto, a escola é comparada a um jogo, dos erros e acertos, foca-se mais nos erros, para moldá-la e objetivando-a na "perfeição" devido a exigência do aluno "ideal", aquele que é bem comportado que têm um bom rendimento escolar, a avaliar perante a esse critério se assemelha a segregação, faz-se uma separação entre os "melhores" e "piores" alunos no contexto da sala de aula, sendo assim, a totalidade do ensino/aprendizagem se resume nessa classificação de acordo com a política adotada na escola, a seletividade, a merecida competência dos alunos "bons" que atendem os aspectos concernentes à avaliação, na obrigação pela excelência.

Então, esses alunos ditos "bons", o que acontece com essas crianças que desenvolvem habilidades que atendem a exigência da escola em ser os alunos perfeitos? Será que sofrem duras penas em sempre demonstrar o que sabem e o que a escola exige? Ou simplesmente têm o esperado "êxito" que compete em felicidades futuras? Para Perrenoud salienta que (1999, p.45) "pode-se questionar se os alunos que têm êxito em certas tarefas bastante metódicas não manifestam nessa mais angústia ou um perfeccionismo quase neurótico do que sua inteligência ou seu 'capital intelectual'." A cobrança para esses alunos também dá continuidade a uma falsa felicidade, por impulsos intrincados na imposição, na obrigação de fazer o certo, ao invés de instigar neles a criatividade e autonomia.

Sendo assim, são poucos educadores (as) que contribuem para de fato, no seu fazer docente construir uma prática que resgate no educando o prazer por estar na escola, que promova uma transformação baseada nesse ócio ligado ao sentido da vida cotidiana, no entanto, o que mais prevalece são as pressões, o medo pela reprovação.

REPROVAÇÃO E EXCLUSÃO: ELEMENTOS QUE PODEM LEVAR A EVASÃO ESCOLAR

A reprovação, entre outros fatores traz um sentimento de culpa, baixa autoestima, e desistência. A reprovação consiste não só na desistência escolar, mas também está inerente a outra característica, a desistência do seu direito à melhoria de vida, a emancipação política e histórica de si, e de ser ativo no próprio processo de construção.

Devido a avaliação da aprendizagem configurar-se ainda em um viés tradicional, transformada em exame, implica em mostrar ao educando onde é o lugar dele, o lugar que estar subordinado e a mercê da classe dirigente. Quando se reprova o aluno, não reprova só na educação, mas em todos os outros fatores no qual possa extinguir as oportunidades de insurgência mediante a posição social oprimida pelos paradoxos do sistema.

A avaliação da aprendizagem necessita, para cumprir o seu verdadeiro significado, subsidiar a construção da aprendizagem bem-sucedida a condição necessária para que isso aconteça é de que deixe de ser utilizado como recurso de autoridade que decide sobre os destinos do educando, e assuma o papel de auxiliar o crescimento. (LUCKESI, 2008, p, 166)

O sistema classificatório propagado para designar as habilidades favoráveis que esteja referenciado para se atingir o êxito escolar, no momento que a escola dita as regras e silencia o educando, deixa de ter o sentido significativo da aprendizagem, passando a exercer um condição característica do exame e não de avaliação realmente pois “o nosso exercício pedagógico escolar é atravessado mais por uma pedagogia do exame que por uma pedagogia do ensino/aprendizagem”. (LUCKESI, 2008, p.18)

Os critérios avaliativos das instituições educacionais não são pensados em mostrar a realidade concreta do educando, que faça ter consciência de si e da sociedade em que se situa, que em meio aos percalços da vida consiga enxergar o ócio e modificação do seu espaço, além disso se repete a uma prática de retratar a condição de conformismo no indivíduo. Por não ter o desempenho satisfatório que a escola impõe e ainda por cima, a instituição culpabiliza o aluno por não "alcançar" esse empenho, o mesmo internaliza como verdade e acaba por desacreditar em si, então desiste de estudar, com isso, a evasão escolar se baseia nesse aspecto. "a chamada evasão escolar nada mais é do que a garantia para as classes dominantes de que continuarão a se apoderar do monopólio da educação." (GADOTTI, 1998, p.198)

Em outras palavras, pela exigência da escola massificada por uma ação educativa baseada na moralidade e na meritocracia, esclarecendo que as condições inatas e o esforço individual determinarão que compromisso e o "melhoramento" escolar sem ponderar nas condições sociais de cada pessoa, é a fala justificada por educadores de que o esforço

individual é o caminho para se chegar ao êxito.

Partindo desse pressuposto sobre a avaliação baseada na meritocracia, Gadotti (1998), se encontra vinculado ao individualismo grego, como o desenvolvimento pessoal e competitivo de dons naturais individuais. Apoiando-se a um dos fatores concernentes a escola, solidificada para demonstrar a arbitrariedade, o mazelo, e entre outros.

De acordo a essa explanação, os educadores que têm uma tendência de ensino ser associado a unilateralidade do processo de ensino-aprendizagem adotam um discurso voltado ao julgamento precedente em detrimento da ética e reflexão da sua prática, muitas vezes se passa como inócua a fala do educador (sem intencionalidade em ofender moralmente), mas por trás dessa fala se esconde um posicionamento excludente que determina o futuro do educando de acordo com premissas sucintas na generalização do espaço social.

O que gira em torno da cultura escolar a depender de como a escola estabelece os critérios avaliativos para os educandos, o que se constrói no imaginário popular, é que a responsabilidade maior do ato de avaliar, está direcionada ao trabalho do docente, entretanto a escola é composta por diferentes segmentos que também influenciam e executam principais aspectos para a avaliação da aprendizagem.

Portanto a avaliação já é pensada em torno de um sistema político hierárquico planejado para se trabalhar no contexto da sala de aula, então esse sistema que intenciona a forma de se trabalhar com o aluno, de modo a acionar as competências necessárias dos educandos a serviço de uma sociedade competitiva, o desafio recai sobre o educador, também como vítima desse sistema, na esfera que se encontra, precisa escolher em qual pressuposto vai ser firmada a sua prática.

APARELHO IDEOLÓGICO, POSICIONAMENTO POLÍTICO E A AVALIAÇÃO ESCOLAR

Salientamos sobre o pensamento de Gadotti, que esclarece no livro Pedagogia da práxis, que a escola se constrói com uma base de pensamento epistemológica que influencia na visão do posicionamento referente ao ético, político e filosófico no interno e externo movimento dentro da escola, interligando a administração, a classe docente, os funcionários e os educandos, sendo assim, todos possuem uma posição (opinião) referente a escola, nesse

sentido, ela não deve ser omissa, ser silente, precisa-se ter uma organização metodológica que tangencialmente compete explicá-la, elaborá-la, reinventá-la conforme ao desenvolvimento da realidade cultural escolar construído.

Gadotti (1998), explica que não existe neutralidade no campo educacional, pois precisa mostrar o que está subjacente a teoria e a prática da educação, esse lugar da educação precisa espalhar em qual pensamento está vinculado, ou seja, a intencionalidade está transitando sobre uma perspectiva excludente ou transformadora, pois:

Nenhuma pedagogia é neutra, toda pedagogia é política...há uma pedagogia que reforça o silêncio em que se acham as massas oprimidas e uma pedagogia que tenta dar-lhes a palavra. Daí a impossibilidade de neutralidade educativa e da teoria dessa prática. (GADOTTI, 1998, p.63)

A educação é um ato político! Quando se vai avaliar um aluno parte de um pensamento, teoricamente, esquematizados nas dimensões culturais, políticas e ética sobre o que esteja presente no objetivo do educador para com o aluno, o que premedita no ato de avaliar, assim, a avaliação escolar está intrínseco ao posicionamento político, que pode ser alternado entre o excludente ou transformador. Se têm uma tendência na qual avaliar (como prática de exame) significa julgar, selecionar e mensurar, dessa forma, esse aspecto coincide em contemplar a um certo posicionamento que esteja impregnado a condições fadadas ao controle para separar os "melhores" dos "piores" alunos, o aparelho ideológico inerente ao sistema.

Sobre Aparelho ideológico, buscamos no pensamento de Althusser (1970) no seu livro 'Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado' esse conceito que diz que a escola reproduz a lógica burguesa, da mão de obra para o trabalho. O autor desenvolve uma explicação para o aparelho ideológico que serve de sustentação para a escola ser objetivada a persuasão para o trabalho empresarial, essa concepção ligada a maneira como se vai avaliar um indivíduo:

As evidências tenazes (evidências ideológicas de tipo empirista) do ponto de vista da produção, isto é, do ponto de vista prática produtiva (ela própria abstracta em relação ao processo de produção, estão de tal maneira embutidas na nossa 'consciência' cotidiana, que é extremamente difícil, para não dizer quase impossível, elevarmo-nos ao ponto de vista da produção (ALTHUSSER, 1970, p.10).

No processo de escolarização, ao longo do tempo, os estudantes vão sendo imersas a pensar na maneira de trabalho nas fábricas, a escola exercita mecanismos que condicionam a ter esse pensamento. De tal modo que a avaliação tenha um enredo condicionado ao sistema capitalista, ou seja, numa perspectiva empresarial de melhoramento ao aprendizado que movimenta o lucro, abrange a unilateralidade ou o tecnicismo, numa prática individualista, no qual opta-se por construir juízos de valor sobre o que é bom ou ruim, convergindo em si próprio, criando no imaginário do educando uma lógica egocêntrica e não o sentido de coletividade, de ajuda mútua e cooperatividade, pois de acordo com Luckesi (2008), o modelo liberal institucionalizado na educação configurou a pedagogia em três características: a pedagogia tradicional, explicando que a centralidade do conhecimento está no professor, sendo o único detentor do saber; a pedagogia *renovada* ou *escolanovista*, voltada para os sentimentos, a espontaneidade do ensino-aprendizagem fortemente ligada ao individual de cada educando; a pedagogia *tecnicista*, ligada aos meios técnicos de transmissão de conteúdos e ao rendimento escolar.

Desse modo, “Todas são traduções do modelo liberal conservador da nossa sociedade, tentando produzir, sem o conseguir, a equalização social, pois há a garantia de que todos são formalmente iguais” (LUCKESI, 2008, p.30) esse discurso de igualdade é que camufla as contradições existentes no contexto da sala de aula, mas que é escassa a possibilidade da interação entre professor-aluno numa perspectiva dialética, que explica sobre o movimento do ambiente social de forma implícita que aparece as relações de poder. Excluindo assim as possibilidades de oportunidades, sendo que internaliza como o único caminho as atividades *fabris*.

Althusser (1970), discute como a escola é transformada em movimento de fábrica, pelas condições de trabalho exemplificar o que compete à divisão dos funcionários dentro das fábricas, em que cada operário estará distribuído no que manualmente irá exercer sobre o maquinário, e desse modo, estabelecemos uma conexão a respeito da escola, pensada através dessa premissa, recentemente o governo sancionou uma alteração⁵ na Lei de Diretrizes e

⁵informação no site:

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/02/16/sancionada-lei-da-reforma-no-ensino-medio>

Bases da Educação Nacional(LDB), aprovando a reforma do ensino médio, colocando as disciplinas artes, educação física, filosofia e sociologia como “facultativas” ou inativas para os estudantes e transformando o ensino médio em ensino técnico, por centralizar-se mais nas questões referentes ao trabalho de modo que mostra que a escola tenha uma tendência a pensar em mecanizar o ensino, em condicionar realmente a atividades laborais os estudantes, e tirar a reflexão crítica dos mesmos, colocando como “opcional” as disciplinas que faz com que o aluno reflita e dê sentido para a vida e para o mundo de maneira política e exercite o ato de pensar. Contudo Althusser (1970), esclarece esse lugar que a escola ocupa, elucidando como ela interfere para fazer com que seja simplesmente um espaço de trabalho manual e se dispersando do intelectual:

Ora o que se aprende na escola? Vai-se mais ou menos longe nos estudos, mas de qualquer maneira, aprende-se a ler, a escrever, a contar, - portanto algumas técnicas e ainda muito mais coisas inclusive elementos (elementos que podem ser rudimentares ou pelo contrário aprofundado), de cultura científica ou literária diretamente lugares da produção (uma instrução para os operários, outras para os técnicos, uma terceira para os engenheiros, uma outra para os quadros superiores, etc.). Aprendem-se portanto saberes práticos. (ALTHUSSER, 1970, p. 20-21).

Então o que irá ser interferido na aprendizagem do aluno, é a parte técnica, e a avaliação que têm um olhar direcionado ao aprimoramento dessas habilidades para o trabalho, com efeito, a lógica produtivista e empresarial que interfira na educação de maneira enviesada e alienadora. Pelo que o Estado vem apresentando como intenção de alienação é para sucumbir o aluno nesse caminho de inflexão, se distanciando do que esteja posto na realidade concreta, pois, na medida que vai aceitando tudo como está na sociedade, isso só irá contribuir para conservar os *status quo* de cada um.

AVALIAÇÃO COMO POSSIBILIDADE DE SATISFAÇÃO ESCOLAR

Fomos ensinados a sempre projetar o tempo para o futuro... nunca uma prática que vivenciasse o tempo para o cotidiano, em outras palavras, a avaliação é evidenciada quando ela peca, em valorizar o produto final do que o processo de construção, a maturação ou o

desenvolvimento do educando no dia-a-dia escolar, não se tem a consciência do que está sendo vivenciado no agora, por estar inculcado no imaginário de maneira implícita e cronológica a pensar o futuro, ao focar só no resultado se irá "passar de ano", nisso deixa de viver a escola. Logo a felicidade implica nesse pensamento por:

A escola tentar adiar a felicidade, chega-se ao final e sempre se adia para amanhã a satisfação que podemos ter hoje. A finalidade da vida é a felicidade. Essa finalidade a escola não pode perder de vista em seus objetivos o momento para ser feliz é agora. (GADOTTI, 1998, p.238)

Sob o mesmo ponto de vista, a felicidade é encontrada de fato, no final de ano, pois a avaliação fortalece o ponto de aperfeiçoamento do "ano todo", para enfim, chegar o momento esperado de ver o resultado, "aprovado!". E assim a escola obedece a esse ciclo constante no qual a avaliação determinará a felicidade dos educandos (de modo desesperador ou angustiante).

Conforme supracitado, essas condições de que compete a avaliação escolar, Arroyo (2013) mostra que a criança passa por processos constantes de desumanização fora do espaço escolar, no qual, a escola também oprime quando tira a curiosidade da criança, a vontade de aprender a ser, de experimentar a vida, de saborear a existência humana, porém é extorquida por ameaças e inibições que a escola propaga. A partir do exposto, salienta Arroyo (2013, p. 63):

Que fazemos na escola com adolescentes e jovens multi reprovados mais do que terminar de destruir sua autoimagem de seres humanos? Se no foco de nosso olhar não estiver primeiro e concomitantemente recuperar a humanidade roubada não acertamos com o ensino-aprendizagem de nada.

O que Arroyo (2013), destaca é que as condições que as crianças vivem no ambiente externo são situações pesadas, desmotivadoras, que provoca sentimentos angustiantes, sendo assim, a escola tem o papel de reverter esse quadro, mostrando um outro olhar sobre o mundo e o meio que se situa, a partir do profissionalismo do mestre em poder reavivar nela a vontade e curiosidade de aprender. A motivação de estar na escola, de encontrar nela o espaço vivo de aprender, de ensinar, interagir e entres outros, depende muito de como é construída e pensada a cultura escolar, os critérios de avaliação também se encaixam a essa premissa, pois é ela que

irá mediar todo o processo da criança, e por isso, a diversas formas de avaliação escolar que ressignifica a maneira de se avaliar.

Então, “a função verdadeira da avaliação da aprendizagem, seria auxiliar a construção da aprendizagem satisfatória” (LUCKESI, 2008, p.25) essa satisfação escolar incluem a participação de todos, nas decisões acordadas entre a direção, coordenação, educador e aluno, estabelecendo as fala de todos os componentes que compõem a instituição de ensino ampliando sobre as possíveis formas de avaliação da aprendizagem, dessa forma, sobre o olhar direcionado a um sentido democrático, está avaliação diagnóstica: que consiste em analisar os conhecimentos que os alunos já trazem do seu âmbito social e fazendo uma ponte com o novo conhecimento que o educador coloque em pauta das discussões de um determinado assunto, contribui para está trabalhando as dificuldades do educando de maneira significativa e crítica. Nesse sentido a avaliação diagnóstica ocorre quando:

Consideramos que ela deva estar comprometida com uma proposta *histórico-crítica*, uma vez que esta concepção está preocupada com a perspectiva de que o educando deverá apropriar-se criticamente de conhecimentos e habilidades necessárias à sua realização como sujeito crítico dentro dessa sociedade que se caracteriza pelo modo capitalista de produção. (LUCKESI, 2008, p.82)

Essa avaliação diagnóstica provoca uma reflexão em torno da realidade *sócio-histórica*⁶ do indivíduo exercitando a sua criticidade sobre respectivos assuntos em torno do seu meio social, quebrando uma lógica de raciocínio individualista, competitiva e classificatória, pois irá promover a oportunidade da fala de cada pessoa atribuindo sentidos a essas falas, consistirá em estabelecer critérios avaliativos na qual aconteça a interação e a participação de cada um individual e coletivamente na sala de aula, trabalhará sobre as dificuldades de aprendizagem, valorizando o processo de maturação do conhecimento do aluno do que o produto final desse conhecimento.

No início do ano letivo o educador investigando o nível de aprendizagem do

⁶ Termo utilizado na teoria de Vygotsky que segundo Lepre (2008), o ser social-histórico está refletido na cultura vinculada a formação humana, dessa forma, só há o aprendizado a partir da interação com o outro, então a construção de conceitos científicos pela criança, só se constrói a partir de um trabalho intencional do mediador na Zona de Desenvolvimento Proximal. LEPRE, Rita Melissa. **Contribuições das teorias psicogenéticas à construção do conceito de infância:** Implicações pedagógicas. Rev. Teoria e prática da educação, V.11, n. 3, p.309-318, set./dez.2008

educando, possibilita desenvolver um trabalho de intervenção que busque a autonomia do mesmo, nesse sentido, a avaliação diagnóstica requer do professor a reflexão também de sua prática, pois como o mesmo investigará previamente a forma como está as dificuldades do aluno no começo do ano letivo, irá construir o planejamento conforme o que for requisitado acerca dessas possibilidades.

MÉTODO

Este trabalho teve como enfoque investigativo a pesquisa de cunho bibliográfico que segundo Fonseca (2002, p.32. *Apud* GERHARDT; SILVEIRA) “é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites.” Nesse sentido, os recursos utilizados na reflexão, foram de tamanha relevância para a discussão da temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em visto que, a avaliação passa por vários critérios, ou sofre modificações de acordo ao período histórico, ao momento das mudanças culturais, políticas e econômicas da sociedade, ela também acompanha essas transformações, assim, está sempre se reinventando, mas também permanecendo muitos segmentos que são prejudiciais à educação, mas depende do olhar, da concepção de quem avaliará, no caso o educador, em que posicionamento ele se baseia para avaliar o aluno, se ele se baseia no quantitativo ou no qualitativo, com certeza excluirá outras dimensões e acabará por privilegiar alguns.

O que faz dela não tornar esse movimento de exclusão que mais interfere na evasão de estudantes das escolas, é pensá-la como forma democrática, conscientizadora e que desenvolva a maneira de avaliar conforme a realidade vivenciada no seu espaço social. Um dos aspectos que no caso, a avaliação diagnóstica contribuirá é na participação de todos os integrantes que constituem a escola, identificar os anseios, as conquistas, os desafios diários em torno da cultura escolar é uma das razões que consiste na tomada de decisões, a avaliação da aprendizagem é uma tomada decisão, não no sentido de julgamento, mas de problematizar o meio que se situa.

Por isso é necessário a reflexão sobre o ensino, sobre a práxis do educador, pois um simples gesto ou palavra e ainda a maneira como se avalia, poderá direcionar em muitas questões para o estudante, e uma das questões que ainda falta é a sensibilidade no ambiente educacional, um olhar mais humanizado sobre a realidade social dos alunos, a amorosidade, carregado de significados sociais, não é alusão ao que seria modismo superficial, mas que tangencialmente provoque em nós uma reflexão sobre a nossa humanidade, em quais sentidos estamos sendo humanos e afetivos de fato, no qual resgatem em nós o sabor pela docência e suprima a avaliação de caráter excludente, que é um dos fatores que contribui para a desistência escolar, busque em nós interpretar outra maneira de ver o mundo e a educação escolar, construindo uma avaliação que tenha como uma das marcas o cunho emancipatório tanto para educandos como para os educadores e para a escola como um todo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Ofício de mestre: **imagens e auto-imagens**. 15.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p.62-67

ALTHUSSER, Luis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Trad. Joaquim José Moura R. Lisboa: Martins Fontes. 1970

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 19º ed. São Paulo: Cortez. 2008

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da Pesquisa**. In: GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. 1º ed. Porto Alegre: UFRGS. 2009. p.120 Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em: 29 de abril de 2017

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. 2º ed. São Paulo: Cortez, 1998.

GROSSI, Esther.Pillar. **Piaget em sala de aula, uma meta ainda longínqua**. In. LEPRE, Rita Melissa. **Contribuições das teorias psicogenéticas à construção do conceito de infância**: Implicações pedagógicas. Rev. Teoria e prática da educação, V.11, n. 3, p.309-318, set./dez.2008

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação**: Da excelência à regulação das aprendizagens-entre duas

lógicas; Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas. 1999

LEPRE, Rita Melissa. **Contribuições das teorias psicogenéticas à construção do conceito de infância**: Implicações pedagógicas. Rev. Teoria e prática da educação, V.11, n. 3, p.309-318, set./dez.2008